

Para onde vai o dinheiro da educação

Desde o momento em que o presidente Fernando Collor decidiu adotar medidas concretas para reduzir o déficit público e racionalizar os gastos governamentais, foram as universidades federais, entre os inúmeros tentáculos do aparelho estatal, as que mais resistiram à reforma administrativa. Invocando o artigo 207 da Constituição, segundo o qual as instituições de ensino superior “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, seus reitores negaram-se a demitir funcionários ociosos e acabar com os gastos superfluos. Desafiando as determinações presidenciais, eles apenas admitiriam a possibilidade de “aumentar a produtividade”, mediante maior oferta de vagas nos exames vestibulares.

Mas de que modo as universidades federais, que hoje consomem 82% dos recursos orçamentários do Ministério da Educação, embora acolham somente 27% dos universitários de todo o País, vêm utilizando essa autonomia? Em termos de um mínimo de qualidade no campo do ensino e da pesquisa, o que elas têm oferecido a quem as sustenta — os contribuintes?

A resposta a essas indagações consta de um amplo levantamento elaborado pelo Departamento de Orçamento da União, vinculado ao Ministério da Economia, e que foi encaminhado recentemente ao Palácio do Planalto, a fim de que o presidente Fernando Collor possa mostrar à sociedade como as instituições que mais resistem à reforma administrativa por ele deflagrada se transformaram em autênticos sorvedouros do dinheiro público. Condensado numa listagem de computador com um metro e meio de altura, esse documento revela que, nos últimos anos, as despesas com pessoal das universidades federais simplesmente triplicaram: de US\$ 1,1 bilhão, em 1981, passaram para US\$ 3,8 bilhões, no ano passado.

Por causa dessa explosão de gastos num período de apenas nove anos, explosão essa gerada por contratações desnecessárias e por aumentos generosos conquis-

tados pelos movimentos sindicais dos professores e dos servidores a partir de greves intermináveis, as universidades federais constituem hoje um dos maiores buracos negros do setor público: considerando o número total de servidores e docentes por aluno, há 2,6 servidores e docentes por aluno — um dado que por si só representa o desvirtuamento das instituições de ensino superior mantidas pela União, que deixaram de atuar como centros de ensino para funcionar como cabides-de-emprego.

“Não formamos nenhum gênio apesar de todos esses gastos”, afirma um dos autores desse levantamento, concluindo que os alunos dessas universidades são bastante onerosos, em termos comparativos. Em média, elas gastam anualmente US\$ 8.804 por aluno, contra US\$ 5.900 da Alemanha, US\$ 5.100 do Reino Unido e US\$ 3.975 do Canadá. A própria USP, que não é federal e que detém 50% das pesquisas brasileiras em nível de doutorado, tem um custo anual de apenas US\$ 4.634 por aluno. No caso das federais, apenas 10% de seu orçamento é gasto com laboratórios, bibliotecas e material; o resto é gasto com salários.

É por isso que não se pode levar a sério o princípio da “autonomia universitária” invocado pelos reitores dessas instituições para rejeitar a reforma administrativa que o presidente da República vem tentando promover. Quando se lê pelos jornais que um desses reitores alugou um jatinho para participar em Brasília de uma reunião destinada a discutir a participação das federais no esforço para o corte dos gastos públicos, vê-se que essa autonomia não passa de simples pretexto para ocultar a “privatização” dos recursos da comunidade, mediante a conjugação do populismo acadêmico com o fisiologismo descarado. O preço dessa autonomia não tem sido, infelizmente, somente o desperdício dos impostos pagos pelos contribuintes; tem sido, também, a condenação das novas gerações ao subdesenvolvimento cultural.